

CASAS & SANZALAS (BENGUELA, 1797-1798)¹

Roberto Guedes

Departamento de História e Economia da UFRRJ
Grupo de Pesquisa Antigo Regime nos Trópicos – ART

Resumo: Este artigo analisa a relação entre habitação e hierarquias sociais em Benguela de fins do século XVIII, baseado sobretudo nas *Notícias de Benguela 1798*² e em seus mapas de população de 1796 e 1797-1798.

Palavras-chave: Benguela; Hierarquias Sociais; Século XVIII

HOUSES AND SANZALAS (BENGUELA, 1797-1798)

Abstract: This article examines the relationship between housing and social hierarchies in Benguela in late eighteenth century, mainly based in *Notícias de Benguela 1798* and its population maps of 1796 and 1797 to 1798.

Keywords: Benguela; Social Hierarchies; Eighteenth century

Quanto mais empossaste o frontispício, mais ameaças de ruína.
Os cabedais dos possuidores são débeis
para os restituir ao estado de seus antepassados.
A tal que pode atirar pedradas aos telhados do vizinho,
sem temor de que lhe quebrem os seus,
contanto que lhe reste um cubículo que os resguarde das injúrias do tempo.³

I) Introdução

Este artigo analisa a relação entre habitação e hierarquias sociais em Benguela de fins do século XVIII, baseado sobretudo nas *Notícias de Benguela 1798*⁴ e em seus mapas de população de 1796 e 1797-1798. As *Notícias*, doravante assim denominadas, são um documento, dentre outros similares, produzido no contexto de intensificação dos tráficos atlântico e africano de cativos na África Central em fins do século XVIII, quando Benguela, por exemplo, se sobressaía

¹ Pesquisa em andamento e financiada pelo CNPq e pela FAPERJ.

² Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL 32.02. A fim de não sobrecarregar o texto com citação, quando não houver referência documental, a passagem terá sido extraída desta fonte.

³ CORRÊA, Elias Alexandre da Silva **História de Angola**. Lisboa: Editorial Ática, 1937, p.78.

⁴ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, DL 32.02. A fim de não sobrecarregar o texto com citação, quando não houver referência documental, a passagem terá sido extraída desta fonte.

porto de embarque de cativos para o Atlântico⁵. Trata-se de uma lista nominativa de habitantes, que, junto a mapas de população, revela um modo de caracterizar os povos das conquistas em fins do século XVIII, fenômeno iniciado mormente a partir do reinado de Dom José I (1750-1777), quando governadores, capitães-mores, dentre outros encarregados dos governos nas conquistas, dirigiram suas atenções para o mapeamento dos povos. Esse esforço produziu um vasto *corpus* documental em diferentes partes dos domínios portugueses, especialmente listas nominativas de habitantes (descrição nominal dos habitantes dos domicílios) e mapas populacionais (tabulações de dados a partir das listas)⁶.

Para o Reino de Angola⁷ do século XVIII, o maior volume deste tipo de *corpus* documental se encontra no período de Dona Maria I (1777-1792) e na Regência de seu filho, Dom João VI (1792-1816), ainda que orientações e legislações provenham do reinado de Dom José I (1750-1777)⁸. Em fins do século XVIII, sobretudo nos anos 1790, foram as *Instruções* de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, que orientaram a moldura dos mapas; instruções “sobre os mapas que acompanham esta carta a fim de que se principie um trabalho por meio do qual se possa chegar a um conhecimento das colônias”⁹. Como destacou Candido (2003:140-143), previamente estabelecidos em Lisboa, os mapas deveriam informar: 1) número de habitantes; 2) ocupações; 3) nascimentos, casamentos e óbitos; 4) volume de importações; 5) volume de exportações; 6) produção, consumo e exportação; 7) preços; 8) entrada e saída de navios. Ainda conforme a autora, somente quatro anos após das Instruções, em 1796, no caso de Benguela e certos presídios, a contagem tomou corpo (Candido, 2003, p. 142)¹⁰. Em geral, os mapeamentos e a listagem populacional visavam fornecer informações sobre atividades produtivas, comércio, inclusive de escravos, defesa e, é óbvio, população.

⁵ Cf. os números sobre o tráfico, dentre outros, em Miller (1988, 1988a), Florentino (1995), Curto (1999, 2000), Candido (2006). Ver ainda os dados em The Trans-Atlantic Slave Trade Database. <http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>. Um ótimo balanço sobre o comércio atlântico de cativos realizado por portugueses e brasileiros está em Domingues (2013). Especialmente sobre Benguela, estudos de Candido são obrigatórios (2006, 2011, 2013, 2013a, 2013b).

⁶ Ver, Curto (1999), Marcílio (2000), Bellotto (2007), Santos (2005), Candido (2006, 2011), Wagner (2009, 2013).

⁷ Consideramos Reino de Angola, as cidades de Luanda e Benguela e os presídios Muxima, Pedras do Encoge, Pedras do Pundoandongo, Caconda, Massangano (também vila), Cambembe, Novo Redondo, Ambaca e um ou outro distrito. Eram áreas de “concentração de escravos nos enclaves europeus associados ao tráfico”, “enclaves portugueses na África Centro-Ocidental” (Lovejoy, 2002, p. 204, 341). Mas, em fins do século XVIII, Benguela e seu *hinterland* estavam mais para enclave brasileiro (Cruz e Silva, 1999; 2004; Candido, 2006, 2013), sem que tais enclaves, necessariamente, impliquem europeização dos africanos.

⁸ Curto (1999; p. 381), por exemplo, encontrou 30 censos para Luanda entre 1773 e 1844, mas sobretudo para o período a partir das três últimas décadas do século XVIII (Curto; Gervais, 2001, pp. 1-59).

⁹ Sociedade de Geografia de Lisboa – Arquivos de Angola, 4, n.º. 37, 1938, pp. 19-20.

¹⁰ Para Luanda, veja-se, por exemplo, o censo de 1781 em Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Col Conselho Ultramarino (CCU), Angola, Cx 64, doc 22; de 1778 em AHU, CCU, Angola, Cx 62, doc 67; e o de 1773 em AHU, CCU, Cx 57, doc 34.

Contudo, as instruções de Dom Rodrigo de não enfatizaram as habitações, cujo realce em Benguela provem, portanto, sobretudo de parâmetros hierárquicos locais. Daí sua escolha como referencial para perscrutar hierarquia social na cidade.

Ademais dos aspectos comuns àquele contexto da monarquia portuguesa, as *Notícias* derivam também de uma combinação de mudanças na ocupação dos postos de governo na monarquia portuguesa. Em Lisboa, em 1796, Dom Rodrigo de Souza Coutinho tornava-se Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos (1796-1802). Em Angola, de 1797, iniciava-se o governado de Miguel António de Melo (conde de Murça), em substituição a Manuel de Almeida e Vasconcelos (conde da Lapa). Em Benguela, capitania subordinada à de Angola, assumira o governo, em 1796, Alexandre José Botelho de Vasconcelos, governando até 1800, em lugar de Francisco Paim da Câmara Vasconcelos e Ornelas. Alexandre Vasconcelos já havia sido governador de Benguela entre 1789 e 1791, sem que encontrássemos documentos similares para Benguela neste período. Pelo exposto, entre 1796 e 1802, novas orientações de governo moldaram as *Notícias de Benguela* de 1798.

Provavelmente em consequência dessas mudanças, os atrasos na produção de mapas e na elaboração das *Notícias* de Benguela, estas concluídas em 1798, se devam também ao regimento para o seu governador, finalizado em 1796, mas chegado em Benguela somente em outubro de 1797. Ainda que de vida curta, posto que suspenso em 1798 (Couto, 1981, pp. 285-294)¹¹, o regimento não deixou de surtir efeito imediato, ao menos no que concerne à produção de mapas e listas nominativas de habitantes para o ano de 1796-1798¹². Assim, o governador de Benguela afirmou logo no início nas *Notícias* que enviava a relação “dos sobas potentados, sobetas seus vassallos, que tem esta capitania de Benguela **pela demarcação do novo regimento de Sua Majestade**” [grifos nossos]. Em grande parte, aquelas mudanças na ocupação dos postos de

¹¹ Certamente, a falta de arquivos, devido à subordinação à Luanda, contribuiu decisivamente. Só se implementou arquivo em Benguela em 1791 (Cruz e Silva, 2004, p. 246). Porém, num bando do governador de Angola, de 1768, já se mandava contar a população de Benguela. AHU, CCU, Cx 52, doc 45, fl 14v.

¹² Note-se que o governador de Benguela já havia feito um mapa de “pessoas livres e escravos, e casas de sobrado, terras de telha, e de palha de que se compõem a Cidade de Benguela”, em 15 de Junho de 1796. AHU, CCU, Angola, Caixa 83, doc 66., mas elaborou outro ou outra versão, tal com listas, a partir de outubro de 1797, pois o governador afirmou que só recebeu o regimento em 10 de outubro de 1797. AHU, CCU, Angola, Cx 87, doc 51. Em uma das versões das correspondências enviadas pelo governador de Angola, ele afirma, em alusão aos mapas, que o “9º é da população desta cidade, e o de número 10º a extensão territorial desta capitania, demarcada segundo o capítulo 16 do novo regimento que Sua Majestade mandou para instrução deste governo, e dos sobas que tem (...)”. AHU, CCU, Angola, Cx 87, Doc. 51B. Não se pode, portanto, afirmar que o regimento, por efêmero, não surtiu efeito. Dato o censo com dois anos 1797-1798 porque há, pelo menos, duas versões dele. Cf. IHGB, DL 32.2 e AHU, CCU, Angola, Cx 87, doc 51B. Ainda em março de 1798, o responsável pelo distrito do *Bailundo* enviava a resposta aos pedidos do governador de Benguela. IHGB, DL 32.2, fl. 36 v.

governo ajudam a entender o porquê de as listas terem sido elaboradas para os anos de 1798, mas aparentemente já iniciadas em 1796¹³.

II) Os mapas

Explicitadas as questões legais, políticas e institucionais que moldaram a realização dos mapas e das *Notícias*, primeiro passo à crítica às fontes, cabe analisar o que elas nos dizem. Primeiramente, não devemos esperar muita exatidão nos dados, pois nem todos os povos e pessoas, tampouco todas as habitações de Benguela, foram contemplados pelas *Notícias*, que, certamente, incluem apenas as habitações dentro do ‘presídio’. O governador de Benguela, anotou, na observação do mapa de 1796, que, “*além do referido número das casas dos pretos chamadas sanzalas, há nos arrabaldes desta cidade mais de mil, de barro, e palha, pequena, em que se acomodam até seis pessoas, algumas de uma só casa, e outras divididas ao meio em duas partes, bem como são as casas do gentio pelo sertão*” (Ver quadro 1). Assim, nem de longe o mapa de 1796, e nem as *Notícias*, abarcam a totalidade das ‘casas dos pretos’, sanzalas, pois excluíram as dos arrabaldes que congregariam mais de mil casas de barro e palha. Casas dos pretos eram iguais às dos *gentios do sertão*, este último um termo empregado sem muita precisão, mas que se refere a um grupo que também passou ao largo das *Notícias*. Sertão é palavra polissêmica, que significa o desconhecido, o território não submetido politicamente, dentre outras conotações. Por exemplo, pesou para o subregistro a estratégia de defesa de chefaturas políticas locais para não perderem gente e bens, omitindo informações. Propositalmente não se deixavam contar, pois também se acreditava no “agouro que nisso tem”, como afirmou o governador de Benguela, também de 1798:

Cada Soba tem vários sobetas seus vassalos segundo a sua opulência, e cada sobeta governa uma, e mais povoações, algumas com muita gente que se lhe não sabe o número, e se não deixariam contar pelo agouro que nisso tem, além do grande número de povos, e extensão de terreno que tem a mesma, ainda se ignoram os nomes de vários, especialmente daquele gentios brabos chegados a linha de demarcação do sul de Cabo Negro para leste, por falta de comunicação com eles, o que o tempo, e havendo muita gente branca, e Parda, que se espalhem por todos aqueles Sertões os farão conhecer pelos seus nomes

¹³ O impacto daquelas mudanças institucionais nos governos se observa ainda pelo fato de entre aqueles dois anos (1796 a 1798), terem sido elaborados vários mapas e listagens de presídios em áreas sob jurisdição de Benguela e de Angola. Passados 20 anos do fim do período pombalino, com uma grande lacuna documental sobre censos e listas nominativas nas décadas de 1770, 1780 e 1790, mesmo para Luanda, retoma-se, ao menos em Benguela, a classificação dos povos das conquistas por meio dos censos. Contudo, uma descrição sumária fora feita para o Reino de Angola ainda em 1684. Ver AHU, CCU, Angola, Cx 12, doc 61.

Efetivamente, as sanzalas incluídas nos mapas e nas *Notícias* são apenas as da cidade de Benguela, o que significa que aqui abordamos apenas um pequeno núcleo de habitações da capitania ou presídio de Benguela¹⁴. Em essência, a abrangência política das habitações e dos habitantes dos mapas era limitada. Excluem até a muita branca e parda espalhada nos sertões.

Além do exposto, uma outra ressalva é que, por serem frutos de um período pré-estatístico, não almejamos rigor nos números. Igualmente, lidamos com o que pode ser considerado um “enclave português” na África, embora Benguela sofresse fortíssima influência de mercadores brasileiros e gozasse de grande autonomia local¹⁵. Logo, o que aqui é dito não se aplica, necessariamente, a outras searas africanas, inclusive a outros presídios. Preocupa-nos apenas compreender, por uma indicação mínima, como um documento, em um ponto específico (habitação), pode expressar hierarquias sociais e formas de classificar grupos na cidade de Benguela. O que norteia o estudo é saber se o tipo de habitação (sobrado, térrea de telha ou de palha, senzala) demonstra algo sobre quem as ocupa: autoridades, livres, forros, escravos, agregados. Evidentemente, vigia um tanto de representação que passava pela pena do escrivão e dos aspectos que influenciaram a moldura dos mapas e das *Notícias*, mas isto também é problema historiográfico, aqui, nestas poucas linhas, ligeiramente explorados.

A preocupação em registrar casas e habitantes já se nota no mapa de população de Benguela de 1796, aqui chamado de mapa 14:

Quando 1

“Mapa das pessoas livres e escravos, e casas de sobrado, terras de telha, e de palha de que se compõem a Cidade de Benguela em 15 de Junho de 1796”

N ^o 14	Casas de Casais	Pessoas livres que tem	Seus Escravos	Total de todas as pessoas e escravos	Casas de Sobrado	Terras de telha	Terras cobertas de palha	Terras chamadas sanzalas	Total de Casas e Sanzalas
Governador	1	2	2	5	1				1
Juiz de Fora	1		3	4	1				1
Vigário	1		2 4	2 5		1		1	2
Cirurgião	1		8	9		1			1

¹⁴ A não inclusão não era específica a Benguela. Por exemplo, para Ambaca, no vale do Rio Kwanza, em 1798, um mapa de população atesta que “a casa de residência é de pedra e barro. As 461 casas de palha são as existentes dentro do presídio”. AHU, CCU, Angola, Cx. 89, Doc. 88.

¹⁵ Sobre autonomia local de Benguela, ver Cruz e Silva (1999, 2004). Sobre comerciantes de escravos brasileiros em Benguela, Curto (2003), Mariana (2013, 2013a).

Boticário	1	1	3	5		1			1
Oficiais de Guerra	5	6	38	49		1	4		5
Oficiais de Fazenda	4	4	26	34		3		1	4
Oficiais de Justiça	7	19	71	97		4		3	7
Negociantes	19	56	335	410	9	13	1	18	41
Povo ordinário	97	141	613	851	4	45	28	77	154
Total	137	229	1123	1489	15	69	33	100	154

Além do referido número das casas dos pretos chamadas sanzalas, há nos arrabaldes desta cidade mais de mil, de barro, e palha pequena, em que se acomodam até 6 pessoas, algumas de uma só casa, e outras divididas ao meio em duas partes, bem como são as casas do gentio pelo sertão.

O governador de Benguela Alexandre José Botelho de Vasconcelos

Fonte: AHU, CCU, Cx 83, doc 66.

O mapa 14 foi organizado com base em autoridades da monarquia portuguesa em Benguela, obedecendo, quando não a uma hierarquia dos cargos, a jurisdições e competências político-administrativas, seguidas ou mescladas a aspectos ocupacionais. Assim, o governador da capitania encabeça o mapa que termina com o *povo ordinário*, expressão que denotava à época vinculação à monarquia portuguesa¹⁶. Todos os da coluna da extrema esquerda desfrutavam de alguma autoridade reconhecida de cabeças de casal e agregavam livres e escravos, nessa ordem, mas, dispostos, todos os cabeças, por tipo de habitação: casas de sobrado, térreas de telhas e térreas de palha. A penúltima coluna da direita aludia às sanzalas, nas quais nem sempre residiam os seus donos ou cabeças. Por exemplo, para o vigário, os oficiais de fazenda e de justiça e negociantes, as sanzalas a eles assinaladas não induzem a concluir que nela residissem, e sim que tinham habitações nesses lugares, o que em grande medida também se aplica ao povo ordinário. Fora tais caos, cada cabeça era ligada a um tipo de habitação.

Como observação, abaixo das colunas, o mapa constata, como mencionamos, que, além do “número das casas dos pretos chamadas sanzalas”, havia nos arrabaldes de Benguela mais de 1.000 sanzalas com até seis pessoas, algumas sanzalas de uma só casa “e outras divididas ao meio em duas partes, bem como são as casas do gentio pelo sertão”. Assim, o mapa sugere que o tipo de sanzalas dos pretos era iguais às do gentio do sertão. Portanto, a arquitetura da cidade misturava habitações africanas e de moldes originários portugueses, indicando que não houve a sobreposição de uma arquitetura sobre outra, mas o convívio de ambas.

¹⁶ Para o caso inglês, na época moderna, cf. Hill (1990).

Como as senzalas de Benguela e as do sertão poderiam ser compostas por mais de uma casa, uma sanzala abrangia casas. Destarte, casa não era, nas sanzalas, apenas a construção em si com seu tipo de material (barro e palha pequena), mas unidades dentro da sanzala. Na cidade, sanzalas eram as habitações dos pretos, mas, infelizmente, os mapas abarcaram apenas 100. Porém, saliente-se, na última coluna da direita, enunciam-se ‘casas e sanzalas’, como se a conjunção *e* peremptoriamente diferenciasse uma de outra, isto é, no núcleo de Benguela, casa, aludindo a sobrado e a casa térrea (de palha ou telha), não incluía sanzalas, e, vice-versa, nas sanzalas as casas eram apenas as ‘casas dos pretos’. A palavra casa tinha conotações distintas quando se referia às senzalas e às demais habitações. Isto tinha a ver com quem as ocupava, como se verá.

No que concerne à população, só nos arrabaldes da cidade de Benguela estariam cerca de mais de 6.000 mil habitantes em 1.000 sanzalas, afora os gentios do sertão. Esses 6.000 habitantes agregados àqueles 1.489 do mapa perfaziam uma população de 7.489 pessoas. Desse modo, Benguela era uma cidade relativamente povoada para os padrões de época. Este contingente podia ser acrescido de cerca de mil pessoas, conforme os números do mapa de 1797-1798 (quadro 2) e das *Notícias* de 1798 (quadro 3), que abrangem contingente maior. Este total de cerca de 8.450 habitantes equivaliam a quase todos 8.812 forros da cidade do Rio de Janeiro de 1799, que então eram 20,3% dos 43.376 moradores da capital do Vice-Reinado do Brasil (Vilhena, 1884, parte I, p.27).

A par da ausência de sanzalas e da imprecisão do contingente do mapa 14, havia, nitidamente, uma relação entre tipo de habitação e condição de seu morador. Atentando o máximo possível ao vocabulário coevo, não deixa de ser curioso o modo pelo qual o mapa 14, na 3^a, 4^a e 5^a colunas da esquerda para a direita, se reportou, respectivamente, às “pessoas livres”, aos “escravos” e ao “total de todas as pessoas e escravos”. Pessoas e escravos também estavam diferenciados pela conjunção *e*, que, como as colunas, separavam uns dos outros. Quaisquer que fossem as noções de livre e escravo, o termo escravo não se aplicava aos pretos das sanzalas e aos gentios do sertão descritos na observação, apenas aos escravos habitantes das casas da cidade (sobrados e térreas de telha ou de palha) de Benguela; aliás, escravos tidos como dependentes aos cabeças das habitações. Portanto, por contraste, pode ser que habitar as sanzalas apartadas das casas dos cabeças de casal conferisse certos graus de autonomia a seus moradores. Quantos escravos de Benguela estariam em sanzalas? Ou todos viviam em casas de sobrado ou térrea?

Em sua casa de sobrado, o governador convivia com dois livres e dois escravos, ao passo que, na parte debaixo do mapa (10^a linha), com os 97 cabeças de casal do povo ordinário estavam alinhados 141 livres e 613 escravos, distribuídos em quatro casas de sobrado, 45 térreas de telha,

28 térreas de palha e 77 sanzalas. Totalizavam 851 pessoas residindo em 154 habitações, uma média de 5,5 pessoas em cada, quase nada diferente do sobrado do governador com seus quatro dependentes. Porém, a média dos mapas pode enganar, e não fornece precisão sobre onde viviam os escravos e os livres politicamente atrelados aos cabeças de domicílio; adiante, as listas de habitantes respondem melhor a isso. Além disso, pelo mapa 14, os 19 cabeças de casais negociantes se relacionavam a escravos e livres de 41 distintas habitações. Se todos os seus 335 escravos estivessem nas 18 sanzalas, seriam 18,6 escravos em cada, média duas vezes maior do que a dos escravos das sanzalas do ‘povo ordinário’, 7,9. Na descrição das sanzalas da observação, nos arrabaldes e no sertão, se acomodariam seis pessoas em cada. Logo, nas sanzalas da cidade residiam mais pessoas, sobretudo se fossem nas sanzalas de negociantes. Mas também não há certeza em saber onde viviam os escravos e os livres ao redor dos negociantes. Por exemplo, quantos escravos havia nas nove casas de sobrados dos negociantes, quantos nas 13 casas de telha, e assim sucessivamente?

Na verdade, a nomenclatura da habitação podia fazer mais diferença do que a edificação em si mesma. Ao analisar o mapa 14, indagamos se vigorava, por exemplo, muita diferença entre as sanzalas – aparentemente *de barro, e palha pequena, em que se acomodam até seis pessoas, algumas de uma só casa, e outras divididas ao meio em duas partes, bem como são as casas do Gentio pelo Sertão* – e as “ditas [casas] cobertas de palha” da antepenúltima coluna da direita do mapa¹⁷. Ou, nestes casos, a condição do cabeça de casal, livre, forro ou escravo, definia o tipo e o nome da habitação? De qualquer modo, se as sanzalas dos pretos da cidade eram iguais às dos gentios do sertão e se não havia diferença entre as casas térreas de palha e as sanzalas, pode-se afirmar que a construção predominante em Benguela era a do gentio do sertão, as sanzalas. Assim ainda que se referindo-se à Luanda, o cronista militar Elias Alexandre da Silva Correa, que viveu em Angola entre 1782 e 1789¹⁸, se reportou às “cubatas”, que seriam “pequenas casas de frágil construção cobertas de palha: por outro nome Sanzalas” (Corrêa, 1937, Vol1, p. 78-79.).

O que diferenciava sanzalas e casas de palha, em suma, era quem nelas vivia. Nisso, o mapa não fornece resposta, sendo preciso ir às listas nominativas das *Notícias*, mas antes observamos o que podia significar sanzalas na pena do escrivão e/ou do governador que assinou o mapa 14. Parece que a expressão seria atrelada apenas à habitação, sem a dimensão de acampamento militar, e na forma no plural o mapa foi claro ao afirmar que sanzalas eram a

¹⁷ Interessante sobre construções e utensílios na África Central são trabalhos de Heintze (1994; 2007, cap. 14).

¹⁸ Sobre Elias Alexandre da Silva Corrêa, cf. Múrias (1937), Pereira (2007).

habitação dos pretos, não de escravos. As *Notícias* confirmarão adiante que nas sanzalas os pretos cabeças de suas sanzalas não eram escravos. Gentios do sertão em suas sanzalas significaria também autonomia política dos não incluídos na cidade. Os escravos não foram referidos pela qualidade de cor preta – *casas dos pretos* – e tampouco habitavam predominantemente as sanzalas. Sanzalas eram casas de pretos e de gentios, não de escravos, no sentido de domínio da habitação.

Por fim, tudo indica que o mapa 14 abarcou apenas os habitantes da parte sul de Benguela (ver quadros 1 e 4), conforme notamos ao confrontar seus números em alguns aspectos relativamente próximos aos das *Notícias*. Respectivamente, em cada documento, a população total era 1.489 e 1.539; a população escrava, 1.123 e 1.058; o total de habitações, 154 e 177; o de sanzalas, 100 e 117; de sobrados, 15 e 10. As semelhanças param aí, pois as casas térreas telhadas, seriam 69 e 22, i. é, em cada documento alguns critérios diferenciaram o modo de caracterizar certas habitações ou a tabulação não conferiu a lista nominal.

Por sua vez, o mapa de Benguela de 1797-1798 (quadro 2), aqui designado mapa 15, parece complementar o mapa 14 de 1796 em algumas características. Tabulou mais pessoas do que o 14 e, diferente do anterior, aferiu mais habitações, mantendo, no entanto, a distinção das moradias, mas dando mais atenção à qualidade de cor, ao sexo e às ocupações. Sobre as habitações, elas seriam, por exemplo, 18 casas de sobrado, próximos às 14 das *Notícias*. Por sua vez, no que concerne às sanzalas, parece que o mapa 15 contou o número de moradores das casas das sanzalas. Assim, nelas residiam 524 pessoas, 486 das quais pretas, contrariamente aos brancos, cuja maioria, 61 em 101, habitava os sobrados e principalmente as casas térreas de telha. Pardos também majoravam nas sanzalas, mas não na proporção dos pretos. Provavelmente, esses pretos eram os cabeças das suas casas nas sanzalas.

Com efeito, essa dança dos números atesta que não há certeza sobre os critérios utilizados nos enquadramentos dos mapas, mas, de qualquer maneira, condição jurídica (livre e escrava), qualidade de cor, sexo, posição no domicílio (cabeça, cônjuge, filho, agregados, escravos), com observação de cargos (civis, militares e eclesiásticos) e ofícios mecânicos, moldaram a organização do mapa 15 de 1797-1798, critérios similares aos das *Notícias*. Vimos que a população total no mapa 15 e nas *Notícias*, respectivamente, eram de 2.224 habitantes e de 2.420. Mais importante, ambos os mapas e as *Notícias* usaram parâmetros hierárquicos calcados nas habitações. Às *Notícias*.

III) As Notícias de Benguela de 1798

Assumindo os vetores de enquadramento das *Notícias*, doravante analisamos as habitações e seus habitantes, realçando os tipos das primeiras e os perfis dos segundos a fim de saber quem residia aonde, como se distribuía livres, escravos e forros, homens, mulheres, as qualidades de cor, os ofícios, títulos e os seus cargos. O governador de Benguela, Alexandre José Botelho de Vasconcelos, elaborou as listas de modo que a rainha de Portugal, Dona Maria I, pudesse “melhor se ver e conhecer o vasto continente desta importantíssima capitania, e seus povos”. Queria mostrar serviço e dividiu a capitania em sete partes, sendo primeira a “província com o título de Província de Benguela, como cabeça de seu termo”¹⁹. Para cada uma das províncias listou os sobas e sobetas, medindo suas posições principalmente por suas capacidades de agregar e exercer poder sobre pessoas. Não nos ocuparemos aqui aos sobas e das características a eles atribuídas²⁰, apenas nos reportaremos aos moradores da cidade de São Felipe de Benguela, por dispor de lista nominativa mais detalhada que as das demais províncias no que tange à relação entre pessoas e habitações.

Da população total de 2.420 habitantes das *Notícias* de Benguela de 1798, 400 (16,5%) eram livres, 414 (17,1%) forros e 1.606 (66,4%) escravos, ou seja, livres e forros somados equivaliam a 50,7% dos escravos ou havia quatro escravos para cada livre ou para cada forro. Ainda no cômputo geral, 1.479 (61,1%) pessoas moravam em casas de sobrado ou térreas (de telha ou de palha) e 953 (38,9%) em sanzalas. Mas, dependendo da situação, tendencialmente, pessoas de condições diferentes não usufruíam do mesmo tipo de habitação.

No geral, 12,3% dos moradores habitavam os 14 sobrados de telha, 30% dos moradores as 64 casas térreas de telha, 15,3% as 45 térreas de palha e, vimos, 38,9% as 140 sanzalas, e para os demais 3,8% não foi possível aferir o tipo de 15 construções. Logo, a maioria relativa, não a absoluta, morava em sanzalas. Todavia, se sanzalas e casas de palha eram edificações similares, em termos de material de construção, 54,2% dos “benguelenses” estavam sob tetos de palha. Por outro lado, nota-se que não poucas pessoas desfrutavam de telha sobre suas cabeças, 42,4%.

Contudo, digamos, era menos uma questão de material de construção e mais de *status* associado a determinada modalidade de habitação. É preciso diferenciar o tipo de moradia e o *status* e/ou grupo social a elas associadas. No caso de sobrados e certas casas cobertas de telhas, parece que a construção em si ensejava alguma distinção social, como longa e a seu estilo

¹⁹ As demais eram Quilengues, Caconda, Ambo, Galange, Balundo e Bihé.

²⁰ Abordamos o assunto em Carvalho, Ariane (2014, no prelo). Ver também sobre o assunto, Candido (2014)

sarcástico ressaltou Elias Alexandre Correa, ainda que depreciasse muito o estado das casas em Luanda²¹

Quadro 3 – Habitação por condição jurídico-social (Benguela, 1798)

Tipos de Habitações	Total			Livres		Escravos		Forros	
	Habitações	Moradores		Moradores		Moradores		Moradores	
	Nº	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sobrado telhado	14	297	12,3	30	7,5	262	16,3	5	1,3
Térrea telhada	64	728	30,1	187	46,7	535	33,3	6	1,4
Térrea de Palha	45	370	15,3	101	25,3	249	15,5	20	4,8
Térrea Mista	3	32	1,3	7	1,7	23	1,4	2	0,5
Sanzala	140	941	38,9	60	15,0	500	31,1	381	92,0
Outro ou não informa	15	52	2,1	15	3,8	37	2,3	0	0,0
Total	281	2.420	100,0	400	100,0	1.606	100,0	414	100,0

Fonte: IHGB, DL, 32.2

Térrea mista = telhada e de palha

Primeiramente, uma clara diferença se observa pela condição jurídico-social por tipo de habitação. Salvo os livres, expressão não presente nas *Notícias*, as demais categorias sócio-jurídicas, bem como as qualidades de cor²², são do próprio documento, que demonstra que, no conjunto da população, poucos livres viviam em sanzalas, contrariamente à esmagadora maioria dos forros e à quase um terço dos escravos. Mas, mesmo entre os livres, 15% estavam em sanzalas, ainda que se concentrassem nas casas térreas telhadas, depois nas de palha e os que podiam viviam em sobrados. Por sua vez, havia, proporcionalmente, mais escravos em sobrados e em casas térreas telhadas do que os poucos 2,6% dos forros na mesma situação. Embora os escravos majorassem em todas as habitações, pois eram o grosso da população, a maioria relativa deles estava em edifícios térreos cobertos de telha e em sobrados (49,6% do grupo), depois em sanzalas (31,1%) e casas de palha (31,1%), os demais em outros tipos de habitação. Sobre os forros²³, pode-se dizer que as sanzalas eram o seu lugar, a par do predomínio dos escravos.

Pelo exposto, certamente as *Notícias* revelam uma representação dos lugares sociais manifesta na habitação. Precisamente, ser cabeça de um domicílio,²⁴ (casa de sobrado, de telha

²¹ Cf. Corrêa (1937, vol I, pp. 76 e segs). Sobre como as habitações conferiam *status* e identidade, cf. Guran (2000, capítulo II).

²² Não é o caso aqui de abordar os significados dos termos relativos a condição sócio-jurídica e/ou qualidades de cor. Cf. Miller (1988, p. 192 e segs), Capela (1995), Mourão (1999, p. 195-224), (Pantoja, 1999, p. 112 e segs), Cruz e Silva (2004, pp. 248-250), Henriques (2004, p. 78), Santos (2005, pp. 183-224), Candido (2006, p. 138 e segs), Venâncio (1996, p. 46; 2005) Guedes (2011; 2012), Guedes e Pontes (2013), Mendes (2013).

²³ Os forros só constam das *Notícias*, não estão nos mapas.

²⁴ O emprego da palavra domicílio considera o vocabulário de época. *Domicílio*, segundo o dicionário de R. Bluteau, de 1728, significa *não só a casa que se assiste, de passagem, mas a que se escolheu para vivenda própria, e fixa*.

ou de palha) implicava em ter dependentes (parentes e agregados, *as pessoas livres que tem do mapa 15*) e escravos, restando aos forros as sanzalas. Talvez melhor seria dizer que quando forros encabeçavam uma habitação, mais comumente esta recebia o nome de sanzala, ou que, vice-versa, quando se aludia aos cabeças de sanzalas a eles se atribuía a condição de forros. Pouquíssimos forros eram cabeças de casas térreas (de telha ou palha) e nenhum o era de sobrado. Mas os forros equivaliam a ¼ da população escrava, ultrapassando os livres, índice altíssimo dos assim considerados²⁵. Os forros eram uma cabeça de suas sanzalas ou das casas das sanzalas.

Essa tendência de hierarquização da condição sócio-jurídica por habitação se observa nas partes norte e sul de Benguela (Quadro 5), modo pelo qual a lista nominal de habitantes dividiu a cidade. O tenente de infantaria Manoel José de Oliveira, ele mesmo morador²⁶ em casa térrea de palha, assinou ao final da relação da parte sul, e um certo José Antônio Carneiro, primeiro tenente, subscreveu a da parte norte. Se houve idiosincrasia, se combinaram ou receberam orientações para os critérios usados não é possível saber, mas ambos diferenciaram casas de sobrado, térreas telhadas e de palha, arrolando as sanzalas à parte e depois das demais moradias. A única diferença é que José Antônio Carneiro se reportou aos arrimos²⁷ depois das sanzalas, que aqui não serão analisados. No sul e no norte, a maioria absoluta dos escravos também não vivia em sanzalas, muito diferente dos forros, mas o responsável pelo sul arrolou mais escravos e livres em sanzalas, proporcional e comparativamente ao norte. Pelo rol do norte, pouquíssimos livres estavam nas sanzalas, onde imperavam os forros, inclusive em números absolutos.

Em resumo, o que influenciou as tendências aludidas de condição jurídico-social dos moradores por habitação em Benguela foi a zona sul, que concentrava 2/3 dos habitantes das

quando menos pelo espaço de ano inteiro. Em Antônio de Moraes e Silva, de 1789, é *casa de habitação com a família do habitador, morada com animo de perseverar.* Cf. <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/2/domicilio>. Todavia, a palavra domicílio não consta da documentação consultada e nem sempre significa habitação comum dos que o integram. Nas *Notícias* o enquadramento dos habitantes obedeceu a critérios de dependência, ou seja, os integrantes dos domicílios foram agrupados com referência aos moradores. Entre os sobas, também. Um exemplo é a presença de vocábulos africanos nas *Notícias – Relação dos Sovas desta Província, e pretos potentados, com suas Quicumbas, e gados que cada hum possui.* *Quicumba* é utilizado para designar família com todos os parentes e agregados.

²⁵ Certamente, devemos tomar os devidos cuidados com os termos e com os números. Não se pode esquecer também a possibilidade de que escrivães traduzissem distintas formas de dependência pela palavra escravo, cativo. Cf. Finley (1991, Capítulo 2), Meillassoux (1996). Não cremos que para forros isto fosse tão diferente, mas só futuras pesquisas esclarecerão dúvidas. Abordamos o assunto em Guedes e Pontes (2013). Ver ainda sobre vocabulário social da escravidão, Santos (2012). Para Benguela, Candido (2012, 2013, 2013a, 2013b).

²⁶ Morador, portanto, seria o súdito obediente. Curiosamente, o verbete moradia, de Antonio de Moraes e Silva, de 1789, menciona os “ordenados que se dá aos fidalgos assentados nos livros del Rei a Casa Real”. Também salienta o *Morador da Casa Del Rei; o que nella tem officio, e a habitação com moradia, e talvez são empregados no serviço, com moradia, sem habitação, como os que vão servir a Africa.* Assim, morador podia ser o português reinol que se estabeleceu na África ou africano que se tornou súdito, sem excluir, porém, os naturais do Brasil que foram para a África, bem como os de outras partes do império. Sobre o termo luso-africanos, cf. Candido (2011, p. 43 e segs). Ver ainda, Mark (2003).

²⁷ Arimos são unidades agrícolas produtoras de alimentos. Ver definições em Tavares e Santos (2002, p. 381)

Notícias. Porém, a zona norte seguiu a inclinação geral, o que viabiliza a análise em bloco daqui para frente.

Quadro 4**Moradias e condição sócio-jurídica dos moradores (Benguela, 1798)**

Habitações	Norte									Sul								
	Casas	Total de Moradores		Livres		Escravos		Forros		Casas	Total de Moradores		Livres		Escravos		Forros	
Sobrado de telha	4	52	5,9	8	4,8	44	8,0	0	0,0	10	45	15,9	22	9,5	218	20,6	5	2,0
Térrea de Telha	42	395	44,8	101	60,1	292	53,3	2	1,2	22	33	21,6	86	37,1	243	23,0	4	1,6
Térrea de Palha	23	132	15,0	39	23,2	92	16,8	1	0,6	22	38	15,5	62	26,7	157	14,8	19	7,6
Térrea Mista	1	8	0,9	1	0,6	7	1,3	0	0,0	2	4	1,6	6	2,6	16	1,5	2	0,8
Senzala	23	271	30,8	9	5,4	100	18,2	162	98,2	117	70	43,5	51	22,0	400	37,8	219	88,0
Outro ou ni	11	23	2,6	10	6,0	13	2,4	0	0,0	4	9	1,9	5	2,2	24	2,3	0	0,0
Total	104	881	100	168	100	548	100	165	100	177	539	100	232	100	1058	100	249	100

Fonte: IHGB, DL, 32.2

Térrea mista = telhada e de palha

Retornando aos forros das sanzalas, provavelmente foram descritos distintamente por questões políticas, não pela localização geográfica das habitações, porque as sanzalas da cidade não estariam diferenciadas, no espaço, das demais edificações da cidade, se seguisse o que vigorava em Luanda²⁸. Igualmente, lembremos que o mapa 14 deixou de fora as sanzalas dos arrabaldes e as dos gentios do sertão, sugerindo que as demais estavam mescladas às outras moradias. Da mesma maneira, a diferenciação dos forros nas *Notícias* remete à sua condição de autonomia política em relação aos cabeças de domicílio dos sobrados, das casas térreas de telha ou de palha. Sua parca presença nessas edificações é concomitante à sua marca latente nas sanzalas.

Sintetizando, foi o vocabulário social da escravidão, pautado no tripé básico que congregava livres, forros e escravos, influenciou o emprego da palavra forro de forma precisa e diferenciada de livres e escravos, moldando a nomeação das habitações. Forros em Benguela, portanto, não necessariamente eram, ainda que muitos fossem, ex-escravos que chegaram à liberdade. Nas *Notícias*, frequentemente os forros eram os cabeças de suas sanzalas, como se constata, por exemplo, na sua descrição, bem como na dos demais moradores de Benguela, por tipo de habitação:

Sanzalas com duas casas de palha 1ª Francisco Camugambo, preto forro com ofício de barbeiro, mora mais na dita casa Felícia preta forra cujos têm três escravas, Maria, Tereza e Lunga, 2ª Ana, preta forra, tem um escravo José, e duas ditas fêmeas, Ana e Teresa (fl. 14v)

Como se vê acima, as *Notícias* se reportam às condições sócio-jurídica, senhorial, às qualidades de cor, ao sexo, ao estado matrimonial, às ocupações e às idades dos cabeças das habitações por habitação. Para analisar algumas delas (qualidade de cor, sexo e estado matrimonial), seguir-se-á a disposição do documento, considerando primeiro os sobrados e casas térreas (de telha e de palha), e, posteriormente, as sanzalas

III.1) Sobrados e casas térreas telhadas e de palha: condição sócio-jurídica, qualidade de cor dos cabeças e seus escravos

Excetuando uma habitação chefiada por um escravo, “uns pardieiros velhos que serviram de hospital algum tempo”, “uma igreja de telha” e “um terreno com três telheiros e dois fornos com uma casa com três quartos tudo murado pertencentes à Vossa Majestade”, que não entrarão

²⁸ A mistura de sanzalas na cidade se vê, para Luanda, em Corrêa (1937, Vol I, pp. 77-78). Sobre o assunto para Luanda, cf. ainda Mourão (1995, 1999), Pantoja (1999), Amaral (1997).

nos cálculos, todos os cabeças de habitação na cidade de Benguela eram livres, não havia forros entre eles. Interessante é que fornos e telheiros protegidos por muros atestam que existia uma olaria da Rainha de Portugal. Com efeito, Pedro Rodrigues Bandeira era o “ajudante das fábricas de cal, telha e tijolo”, recebendo soldo de trezentos reis por dia (fls. 101-102). A existência da fábrica explica o fato de parte significativa das habitações na cidade dispor de telhas e tijolos, nas quais viviam a maioria dos cabeças de casais. Mas isso variou conforme a qualidade de cor.

Quadro 6 - Cabeças de casais, suas casas, qualidades de cor e seus escravos (Cidade de Benguela, 1798)

Tipo de Casa	Qualidade de Cor dos Cabeças de Casais																		
	Branços					Pardos e Mulatos					Pretos					Totais			
	Nº de Casas	Seus Escravos				Nº de Casas	Seus Escravos				Nº de Casas	Seus Escravos				Nº de Casas	Escravos		
		No.	Média	% G	% C		Esc	Média	% G	% C		Esc	Média	% G	% C		Esc	Média	%
Sobrado de telha	11	119	10,8	28,3	63,0	2	70	35,0	20,3	37,0	1	0	0,0	0,0	0,0	14	189	13,5	20,3
Térrea de Telha	34	246	7,2	58,4	53,0	17	180	10,6	52,2	38,8	8	38	4,8	23,0	8,2	59	464	7,9	49,8
Térrea de Palha	8	24	3,0	5,7	10,3	16	91	5,7	26,4	39,2	18	117	6,5	70,9	50,4	42	232	5,5	24,9
Térrea mista	2	15	7,5	3,6	78,9	0	0	0,0	0,0	0,0	1	4	4,0	2,4	21,1	3	19	6,3	2,0
Outro ou não informa	3	17	5,7	4,0	63,0	1	4	4,0	1,2	14,8	1	6	6,0	3,6	22,2	5	27	5,4	2,9
Total	58	421	7,3	100	45,2	36	345	9,6	100	37,1	29	165	5,7	100	17,7	123	931	7,6	100

Fonte: IHGB, DL, 32.2

%G = Percentual no grupo

%C = Percentual comparado

Esc = Escravos

Térrea mista = telhada e de palha

Exclui casos sem qualidade de cor identificada.

Não considera as sanzalas.

Os brancos eram sobretudo cabeças de moradias telhadas. Dos 14 sobrados da cidade, 11 eram por eles encabeçados, magnitude que se reduzia conforme se ia do pardo ao preto. Brancos eram também os maiores possuidores de casas térreas telhadas, o que variava na mesma proporção dos sobrados. Por contraste, os cabeças pretos abocanhavam principalmente as casas de palha, que eram similares às sanzalas. Logo, a cor da pessoa dependia do tipo de habitação ou esta definia aquela. Parafraseando o cronista militar Elias Alexandre da Silva Correa, chefiar casa com telha, sobretudo de sobrado, levava à caracterização da pessoa como branca.

Os escravos das casas dos 58 chefes brancos eram 45% do total de cativos, isto é, os cativos não estavam, proporcionalmente, concentrados entre os brancos, pois estes eram 47,1% dos cabeças das casas. Os 36 (29,6%) chefes pardos/mulatos, sim, abocanharam, proporcionalmente, mais escravos, 37,1%.

Os 29 chefes de habitação pretos (23,6%) só abocanharam 17,7% dos cativos. Em parte, a concentração de escravos nos domicílios encabeçados por pardos/mulatos se explica pela presença de uma grande senhora entre eles, Dona Joana Gomes, mulher parda viúva, cabeça de um sobrado com 62 cativos. Explica-se também porque nas casas térreas telhadas, que eram a maioria das casas, e nos sobrados com muitos escravos, a média de cativos dos pardos ter sido a mais elevada. Ou seja, vigorava uma média maior justamente no tipo de habitação (térrea telhada) onde vivia quase metade dos cativos de Benguela. Igualmente, o predomínio de cativos entre os brancos, nos sobrados, se deve ao alto número de moradias dessa modalidade entre eles. Porém, o fato de residirem mais brancos nessa modalidade de moradia compensou a média mais elevada de escravos entre os chefes pardos. No quesito posse de escravos, a quantidade de lares térreos pardos prevaleceu sobre os sobrados brancos.

A posse de escravos entre os pardos, porém, não os tornou brancos, sem que isso fosse um destino manifesto em uma sociedade escravista, o que, por outro lado, denota, evidentemente, que qualidade de cor não era o motor a instaurar e nem a justificar a escravidão em Benguela. Senhores pretos e pardos eram muito comuns nas escravidões da monarquia portuguesa Atlântica, inclusive nas casas de Benguela de fins do século XVIII²⁹. Os pretos, por exemplo, abocanhavam a maior parte dos escravos em suas coberturas de palha.

No entanto, em cada grupo senhorial de qualidade de cor, oscilou-se de acordo com a morada. Salvo os pretos, entre os brancos e pardos, a média de escravos decrescia quando se ia

²⁹ Sobre senhores egressos do cativo no Brasil, ver, dentre outros, Klein (1969), Faria (2000, 2001, 2005), Guedes (2008, 2011), Barickman (1999), Oliveira (1979), Ramos (1990).

dos sobrados às casas de palha, passando pelas térreas telhadas, as moradias bem definidas e mais representativas, aliás. Outrossim, proporcionalmente havia mais escravos em sobrados do que nas moradias térreas telhadas e de palha. Os pretos, inversamente, eram ainda mais detentores de escravos em seus tetos de palha, proporcional e absolutamente. Por sua vez, para o *status* dos brancos, ainda que os cativos fossem importantíssimos, parece que foram ainda mais significativas as suas moradas propriamente ditas.

Sendo assim, pode ser que fossem atribuídos valores distintos a casas e a escravos de acordo com os grupos de qualidade de cor. A posse de escravos não diferenciou os brancos dos demais cabeças pardos e pretos na sociedade escravista de Benguela, antes as suas moradas.

III.2) Sobrados e casas térreas telhadas e de palha: mulheres e homens

Dizer cabeça de casal em Benguela implica em quase se referir apenas a homens, não fosse a presença de 15 mulheres na situação, 10 viúvas, quatro solteiras e uma sem estado matrimonial identificado (quadro 7). Um pouco mais da metade delas tinha lares de palha, mas também entre elas se encontrava a pessoa que mais concentrava escravos em Benguela, Dona Joana Gomes. Só Dona Ana de Jesus era branca, 10 eram pardas/mulatas e as demais quatro, pretas. Também só Dona Ana de Jesus não tinha escravos. Nove delas gozavam da distinção de donas, mas apenas três delas moravam em casas de palha, ao passo que as demais seis viviam em habitações telhadas.

Proporcionalmente, as mulheres eram grandes senhoras de cativos. Elas representavam 11,2% dos senhores, mas concentravam 15,5% dos escravos, com uma média de 7,3 por senhora, maior que a dos homens. Vimos que apenas uma delas não senhoreava ninguém e a maior escravista de Benguela era uma mulher dona de um dos 14 sobrados de Benguela. Apesar disso, a maioria relativa dos escravos das senhoras não residiam em lares de telha, concentravam-se nos tetos de palha (42,8%). Só agregando casas térreas e sobrados, sobretudo o sobrado de Dona Joana Gomes, os cativos das senhoras habitariam majoritariamente em casas de palha.

Por sua vez, entre os homens cabeças de domicílio, predominavam os solteiros, 46,9%. Poucos eram viúvos e, ainda em contraste com elas, havia muitos casados, 42,4%. O homem com mais escravos tinha 35, era o negociante Nazário Marques da Silva, homem preto de 46 anos de idade, casado com Domingas Maria, preta de idade de 30 anos, e com casas de telha de Sobrado Negociante. Dona Joana Gomes tinha quase o dobro. Os homens, que eram 88% dos senhores, possuíam 84,5% dos cativos; proporcionalmente, menos do que as mulheres, e com uma média menor, 6,9.

Dos 119 homens chefes de domicílio, 23 (19,3%) não tinham escravos, mas entre eles se incluem três ausentes no Rio de Janeiro, três negociantes provavelmente ausentes e um homem que administrava umas “casas de telha de sobrado que servem de hospital e casa da hospedagem e provedoria”. Ainda assim, os restantes 16 chefes de sexo masculino sem cativos seriam 13,4%, índice maior que o das mulheres³⁰.

Mas os homens chefiavam muito mais lares e, independente do estado matrimonial, concentravam seus escravos em moradias térreas telhadas. Viúvos não tinham sobrados. Solteiros concentravam a maioria dos escravos, mas sobretudo em moradias térreas de telha, e ainda mais nos sobrados, onde a concentração de escravos era muito superior. Entre os oito homens solteiros cabeças das casas assobradadas, sete eram senhores, seis dos quais *negociantes*. Assim, pode ser que a diferença na posse de escravos entre os homens cabeças de domicílio esteja menos relacionada ao estado matrimonial do que à ocupação e/ou título. Os 49 casados detinham 42,% dos escravos, e os 48 solteiros, 46,9%, mas concentrados nos sobrados, principalmente.

Por ocupação, considerando apenas 792 cativos cujas ocupações/títulos de seus 84 senhores são conhecidas, nota-se que 29 (35%) negociantes detinham 404 (51%) escravos, 13,9 em média. Os 19 (23%) taverneiros também eram um grupo de senhores importantes, com 114 (14,4%), seis em média. Onze (13%) militares³¹ eram o terceiro maior grupo a abarcar cativos, 136 (12,3%). Esses três grupos juntos concentravam 77,7% dos cativos. Os oito administrados ou padres (9,5%) e os nove (10,7%) oficiais mecânicos senhoreavam, respectivamente, 42 (5,3%), 51 (6,4%), com média de cativos, de 5,3, 6,4. Os cinco que viviam de seu negócio, um barbeiro, um boticário e um pescador eram senhores dos 45 (5,6%) escravos restantes, média de 5,6.

Em suma, ser negociante com casa de sobrado em Benguela potencializava a posse de escravos. Daquele 29 negociantes, nove residiam em sobrados, 18 em casas térreas telhadas, dois, um em casa de palha e para o restante não foi possível saber. Excetuando a casa assobrada que servia de hospital, das demais 12 encabeças por homens, nove eram de negociantes, uma do escrivão da Fazenda Real, uma do Juiz de Fora de Benguela, e a outra era de um pedreiro, Manoel Gomes, homem pardo, casado na cidade do Rio de Janeiro, de 60 anos de idade, senhor de dois

³⁰ Os cálculos para os homens serão feitos apenas para 91 chefes, pois excluímos os casos com margem a dúvidas sobre o número de escravos.

³¹ Militares foram assim considerados apenas quando não havia menção a ocupação. Frequentemente, militares estavam envolvidos em outras atividades, sobretudo o tráfico de cativos. Cf. Couto (1972) e Carvalho (2014).

escravos e de seis cativas. Nesse caso, o santo de casa fez milagre: pedreiro com casa de sobrado telhada.

De negociantes, passando por pedreiros e pescadores, o dito acima atesta que, nas habitações das *Notícias de Benguela de 1798*, a posse de escravos era predominantemente concentrada em lares encabeçados por homens, mas com participação nada desprezível de mulheres como senhoras. A posse escrava era, pois, amplamente disseminada, como não poderia deixar de ser em uma cidade onde 66,4% dos moradores foram considerados escravos. Disseminação que fez com que os cativos não vivessem só sob coberturas de telha de chefes brancos, mulatos/pardos e pretos livres. Às sanzalas.

Quadro 7 – Sexo, estado matrimonial, casas e posse de escravos (Benguela, 1798)

Homens																				
	Casados				Viúvos				Solteiros				Não informa				Totais			
Tipo de Habitação	Casas	Esc	me	%C	Casas	Esc	me	%C	Casas	Esc	me	%C	Casas	Esc	me	%C	t	Esc	me	%
Sobrado de telha	5	27	5,4	21,3	0				8	100	12,5	8,7	0				13	127	9,8	15,4
Térrea de Telha	23	175	7,6	37,6	2	15	7,5	3,2	25	226	9,0	8,6	8	49	6,1	10,5	58	465	8,0	56,4
Térrea de Palha	18	130	7,2	69,5	3	14	4,7	7,5	11	43	3,9	3,0	2	0			34	187	5,5	22,7
Térrea mista	2	12	6,0	63,2	0				1	7	7,0	6,8	0				3	19	6,3	2,3
Outro ou não informa	1	6	6,0	22,2	0				3	11	3,7	0,7	7	10	1,4	37,0	11	27	2,5	3,3
Total	49	350	7,1	42,4	5	29	5,8	3,5	48	387	8,1	6,9	17	59	3,5	7,2	119	825	6,9	100,0
Mulheres																				
	Casadas				Viúvas				Solteiras				Não informa				Totais			
Tipo de Habitação	Casas	Esc	me	%C	Casas	Esc	me	%C	Casas	Esc	me	C	Casas	Esc	me	%C	t	Esc	me	%
Sobrado de telha	0				1	62	62,0	100,0				,0					1	62	62,0	40,8
Térrea de Telha	0				4	6	1,5	24,0	1	19	19,0	6,0					5	25	5,0	16,4
Térrea de Palha	0				5	21	4,2	32,3	3	22	7,3	3,8	1	22	2,0	33,8	9	65	7,2	42,8
Térrea mista	0								0								0			
Outro ou não informa	0								0								0			
Total	0				10	89	8,9	58,6	4	41	0,3	7,0	1	22	2,0	14,5	15	152	10,1	100,0

Esc = Escravos Me = média

%C = Percentual no grupo.

III.3) Sanzalas: pretos e pardos forros, suas casas e seus escravos

Nas sanzalas moravam 953 pessoas, dentre as quais 500 cativos, 381 forros e 60 livre. Salvo 14 escravos, os demais não tiveram qualidade de cor referida. Os forros, porém, em apenas 60 casos foram referidos exclusivamente como forros. Duzentos e noventa e quatro deles eram ou *pretos forros* (294), 18 eram *negros forros*, dois pardos forros e um mulato. Dentre os livres – expressão ausente das relações nominais da cidade – encontravam-se 22 mulatos, sete pardos e 17 pretos. Assim, no conjunto dos habitantes das sanzalas predominavam cativos sem qualidade de cor, seguidos de pretos forros, mas entre os livres os pretos não eram maioria.

Antes de prosseguir, há que se realçar que nem todas as sanzalas pertenciam a quem nelas moravam. A terceira sanzala da parte sul, por exemplo, foi descrita do seguinte modo: “Sanzala com 16 casas de palha pertencente a João Rodrigues da Costa 1ª Belquior e José, 2ª Pedro e Miguel, 3ª Matheus, Mango, 4ª Francisco e Caetanos, Caetano, estes escravos do dito acima e mais 23 ditas fêmeas (...) todas estas escravas do dito cujas ocupam 10 casas, tem mais 3 agregados negros forros, José, José e Cahuajaganga, e quatro ditas fêmeas negras forras, Mandele, Teresa, Lucrecia e Rita, estas ocupam as duas casas”. Precisamente, são 16 casas em uma sanzala arranjadas por seus respectivos moradores, mas João Rodrigues da Costa, seu dono, não morava nelas, mas numa casa térrea telhada junto a outros cativos. Das 72 sanzalas, 15 não eram habitadas por seus donos. Assim, vários escravos nas sanzalas não moravam junto a seus senhores, que foram arrolados em outros prédios da cidade.

Os 72 chefes de sanzalas se dividiam em 42 mulheres e 30 homens, invertendo assim o predomínio masculino nas demais casas de sobrado e térreas (de telha ou palha). Não espanta que nas casas das sanzalas, entre os de sexo conhecido, as mulheres chegassem a 614 (65,4%) e os homens a 325 (34,6%). Nos sobrados e casas térreas, respectivamente, os números e percentuais eram 808 (54,7%) e 669 (46,3%). Proporcionalmente, havia mais mulheres nas sanzalas.

Dentre estas, 352 (57,3%) eram escravas, 231 (37,6%) forras e 31 (5,1%) livres, e para eles os números correspondentes são de 148 (45,5%), 150 (46,1%) e 27 (8,4%), o que significa, proporcionalmente, mais forros do que forras, mais escravas que escravos. Mas, em termos absolutos, as mulheres imperavam em todas as categorias sócio-jurídicas. Era, porém, a presença de mulheres nos sobrados e casas térreas que fazia de Benguela uma cidade mais feminina que masculina, havia quase mais de 200 mulheres nesses lares do que nas sanzalas. Comparativamente, no entanto, para cada três homens, dois estavam ausentes das sanzalas. Assim, ainda que a maioria de cada sexo estivesse fora das sanzalas, essa razão era ainda maior para os homens. Isso fazia das sanzalas um lugar predominantemente feminino, o que torna a

chefia feminino de domicílio nessas unidades algo ainda mais relevante. As sanzalas eram, principalmente, casas de pretas forras, não de pretos forros.

Infelizmente, nem todos os escravos das sanzalas pertenciam a seus cabeças, mas como esse não é um estudo sobre estrutura de posse de escravos, aventaremos algumas considerações sobre a quem pertenciam os 500 cativos nas sanzalas; aliás sanzalas onde residiam a maioria dos cativos de Benguela. Podendo haver combinação dos fatores arrolados, nada menos que 223 deles pertenciam a mulheres, 130 (26%) a pretas forras, 33 (6,6%) a mulatas, 86 a donas e para 58 não se alude à condição sócio-jurídica de suas senhoras.

Isto posto, não é exagero afirmar que a posse de escravos nas sanzalas em grande parte atenuava o predomínio dos homens como senhores nas casas assobradas e térreas telhadas ou de palha. Pode ser que certas senhoras de escravos nas sanzalas não residissem nesses lares, mas o simples fato de haver 32,6% cativos de mulatas ou pretas que não chefiavam sobrados e casas térreas sugere a ampla disseminação da posse de escravo entre mulheres forras em Benguela, como se tem demonstrado alhures³². Um exemplo é o da

Sanzala com três casas de palha 1ª Isabel Francisca da Silva, preta forra, tem um filho, Gonçalo de Domingos, tem seis escravas, Roza, Joana, Luzia, Ludovica, e Branga[sic], 2ª casa Manoel Antônio, preto forro, tem dois filhos, João Manoel e Roza de Manoel, ambos pretos forros, 3ª 1 escravo do dito, Antônio (fl. 14v).

Casas nas sanzalas como a encabeçada pela preta forra Isabel Francisca da Silva eram comuns nas *Notícias* de Benguela. Das 42 mulheres cabeças de sanzala, como Isabel, 31 eram forras, das cinco livres, quatro eram mulatas e uma, preta. A escravidão e a liberdade, ainda que de tênues linhas demarcatórias (Candido, 2012, 2013b), estavam unidas nas sanzalas de palha, onde mulheres pretas e pardas forras escravizavam mulheres cativas sem qualidade de cor, igualmente ao que vigia entre homens, e entre ambos os sexos. A escravidão cobria todas as cabeças.

Palavras finais

O título do artigo, evidentemente, é inspirado nos das obras seminais de Gilberto Freyre, *Casa-grande & sanzala* e *Sobrados & Mocambos*. Se bem lidos e compreendidos, os livros do autor pernambucano demonstram, nos nomes dos tipos ideais das simbólicas habitações que os enunciam, a vida de milhões de homens, mulheres, livres, escravos, forros, brancos, pardos, mulatos e pretos marcados pela escravidão e pelo tráfico de cativos africanos no Brasil

³² Cf., dentre outros, Faria (2000, 2001, 2004), Oliveira (1979), Ramos (1990).

escravista. Decerto que não se trata aqui de equivaler as experiências históricas de Benguela e dos Brasis, nem mesmo de interpretar, igualando, as escravidões em cada margem do atlântico, nem a organização familiar predominante, mas Gilberto Freyre, com perspicácia, observou que a escravidão misturava e hierarquizava sem segregar. Em Benguela, também moldada pelo tráfico e pela escravidão, casas de sobrado, casas telhadas, casas de palha eram encabeçadas por homens brancos, pardos, mulatos e pretos livres, mas também igualmente acolhiam hierarquicamente agregados, filhos, mulheres e escravos. Nas sanzalas, casas dos pretos, e de pretas forras, a escravidão também não deixou de misturar sob o mesmo teto de palha escravos a seus senhores e senhoras forras. Todos estavam no seu lugar unidos e separados pela escravidão, antagonicamente equilibrados.

Fontes publicadas

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Português e Latino**. Rio de Janeiro: UERJ, 2000 [1728]. Disponível on line em http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDicionarios.asp.

CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Ática, 1937, 2V.

LACERDA, Paulo Martins Pinheiro de. Notícia da campanha, e paiz do Mosul, que conquistou o Sargento Mor Paulo Martins Pinheiro de Lacerda, no anno de 1790, até princípio do anno de 1791. **Annaes Marítimos e Coloniaes redigidos sob a direção da Associação Marítima e Colonial, Sexta parte, parte não oficial, 1846**, Lisboa na Imprensa Nacional.

MORAES E SILVA, Antonio de (1789). Dicionário da Língua Portuguesa. Lisboa: Tipografia Lacerdina. Disponível on line em http://200.144.255.59/catalogo_eletronico/consultaDicionarios.asp.

VILHENA, Luís dos Santos. Memórias públicas e econômicas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do Vice-Rei Luís de Vasconcellos, por observação curiosa dos anno de 1779 até o anno de 1789, **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo XLVII, parte I, 1884, p. 27.

Bibliografia

AMARAL, Ilídio. Primórdios da construção do espaço urbano de Luanda nos finais do século XVI e princípios do século XVII: o regime de doação de chãos. **Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. Construindo o passado angolano; as fontes e a sua interpretação**. Lisboa: CNCDP, 1997.

BARICKMAN, B. J. As cores do escravismo: escravistas ‘pretos’, ‘pardos’ e ‘cabras’ no Recôncavo Baiano, 1835. In: _____. **População e Família**. São Paulo, n. 2, p. 7-59, 1999

BELLOTTO, Heloisa Liberalli **Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo, 1765-1775**. São Paulo: Secretaria de Cultura, 2ª. Ed. 2007.

CANDIDO, Mariana P. **Enslaving frontiers: slaves, trade and identity in Benguela (1780-1850)**. Toronto/Ontario: York University. Dissertation submitted to the faculty to the graduate for the degree of Doctor of Philosophy, 2006.

_____. **An African Slaving Port and the Atlantic World**. Cambridge: Cambridge U. Press,

2013.

_____. Dona Águida Gonçalves, marchande à Benguela à la fin du XVIII^e siècle. _____. **Brésil (s) Cahiers du Brésil Contemporain**. Paris: EHESS/CRBC/Maison des Sciences de l'homme, 2012.

_____. **Fronteras de esclavización: esclavitud, comercio e identidade en Benguela, 1780-1850**. Mexico: DF, El Colegio de Mexico, Centro de Estudios de Asia y Africa, 2011.

_____.; Guedes, Roberto (Org). **África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro, Mauad, 2013a.

_____. O limite ténue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico. **Afro-Ásia**, n. 47, 2013b.

_____. **Jagas e sobas no “Reino de Benguela”: vassalagem e criação de novas categorias políticas e sociais no contexto da expansão portuguesa na África durante os séculos XVI e XVII**, 2014 (no prelo)

CAPELA, José. **Donas, senhores e escravos**. Porto: Afrontamento, 1995.

CARVALHO, Ariane; GUEDES, Roberto. **Piedade, sobas e homens de cores honestas nas Notícias do Presídio de Massangano, 1797**, 2014 (no prelo).

_____. **Militares e militarização no Reino de Angola: patentes, guerra, comércio e vassalagem (segunda metade do século XVIII)**. Nova Iguaçu: UFFRJ, Dissertação de Mestrado, 2014 (em vias de defesa).

COUTO, Carlos. **Os capitães-mores em Angola no século XVIII: subsídios para o estudo de sua atuação**. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

_____. Regimento de Governo Subalterno de Benguela. Notas e Comentários. **Studia**, 45, 1981, p. 285-294.

CRUZ E SILVA, Rosa Cruz e. “Benguela e o Brasil no Final do Século XVIII: Relações comerciais e políticas”. *In*: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S (Orgs.). **Angola e Brasil ns rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. Benguela e o Brasil no Final do Século XVIII: Relações comerciais e políticas. *In*: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S (Orgs.). **Angola e Brasil ns rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. The saga of Kakonda and Kilengues: relations between Benguela na its interior, 1791-1796. *In*: Curto, José C; LOVEJOY, Paul E. **Enslaving conections: changing cultures of Africa and Brazil during the era of slavery**. New York: Humanity Books, 2004.

CURTO, José (1999). The Anatomy of a demographic explosion. Luanda, 1844-1850, **The International Journal of African Historical Studies**, v. 32, n.. 2-3, p. 381-405.

_____. **Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro de álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c.1480-1830) e seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental**. Lisboa: Vulgata, 2000.

_____. **Movers of Slaves: The Brazilian Community in Benguela (Angola), c. 1722-1832**. Paper, 2003. Disponível em http://www.yorku.ca/nhp/seminars/%202003_04/jccurto_tubmanseminar.doc.

_____. The Anatomy of a demographic explosion. Luanda, 1844-1850. **The International Journal of African Historical Studies**, v. 32, n. 2-3, p. 381-405, 1999.

_____. Vinho verso Cachaça: a luta luso-brasileira pelo comércio de álcool e de escravos em Luanda, c. 1648-1703. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S (Orgs.). **Angola e Brasil ns rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____.; Gervais, Raimond. 2001. The population history of Luanda during the late transatlantic slave trade, 1781-1844. **African Economic History**, 29, 1-59

DOMINGUES, Daniel. Brasil e Portugal no comércio atlântico de escravos. Um Balanço Histórico e Estatístico. In Guedes, Roberto (Org). **África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

ELTIS, David. The nineteenth-century transatlantic slave trade: an annual series of imports into the Americas broken down by region. **Hispanic American Historical Review**, 1987, nº 67, vol 1.

FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese para o concurso de Professor Titular, 2005.

_____. Mulheres forras – riqueza e estigma social. **Revista Tempo**. Rio de Janeiro: Sete Letras, v. 5, nº 9, 2000.

_____. **Sinhás pretas, damas mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1750-1850)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense. Tese para o concurso de Professor Titular, 2005.

_____. Sinhás Pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII e XIX). SILVA, Francisco C. T. et alli. **Escritos Sobre História e Educação: homenagem à Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

FERREIRA, Roquinaldo. **Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800**. Tese de Doutorado. Los Angeles, University of California, 2003.

_____. 2006. “Ilhas crioulas”: o significado plural da mestiçagem cultural na África Atlântica. **Revista de História**, 155 (2º), pp. 17-41.

FERREIRA, Roquinaldo. **Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade**. Cambridge: Cambridge U. P., 2013.

FINLEY, Moses. **Escravidão Antiga e Ideologia Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

_____. **Sobrados e mucambos: a decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano**. Rio de Janeiro: Record, 2002, 13ª. Ed.

FURTADO, Júnia F. **Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GUEDES, Roberto. Escravidão e Cor nos Censos de Porto Feliz (São Paulo, Século XIX). **Revista Especiaria. Sociedade Escravista e Pós-Abolição (Dossiê)**. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 2009.

____; PONTES, Caroline. Notícias do presídio de Caconda (1797): moradores, escravatura, tutores e órfãos. In: PAIVA, E. F. e SANTOS, V. S. (Orgs.). **África e Brasil no Mundo Moderno**. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/UFMG, p. 153-178, 2013.

____. **Egressos do Cativo: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c.1798-c.1850**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2008.

____. **Sociedade Escravista e Mudança de Cor. Porto Feliz, São Paulo, Século XIX**. In: CAMPOS, Adriana et. all (Orgs.). *Nas Rotas de Império*. Vitória / Lisboa: EDUFES / IICTP, 2006.

____. Mudança e Silêncio sobre a cor: São Paulo e São Domingos (séculos XVIII e XIX). **Revista Africana Studia**, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, v. 14, p. 93-118, 2010.

____. Branco africano: notas de pesquisa sobre escravidão, tráfico de cativos e qualidades de cor no Reino de Angola (Ambaca e Novo Redondo, finais do século XVIII). In: GUEDES, Roberto. **Dinâmica imperial no Antigo Regime Português: escravidão, governos, fronteiras, poderes, legados (Séculos XVII-XIX)**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 19-33, 2011

GUEDES, Roberto. Exóticas denominações: manipulações e dissimulações de qualidades de cor no Reino de Angola (Segunda metade do século XVIII). In: SILVA, G. C. M et all. (Orgs.). **Cultura e sociabilidades no mundo atlântico**. Recife: Editora Universitária, 2012, 369-398, 2012.

GURAN, Milton. **Agudás: Os “brasileiros” do Benin**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

HEINTZE, Beatrix. **Angola nos séculos XVII e XVIII**. Luanda: Kilombelombe, 2007.

____. **Lwimbi: desenhos etnográficos**. Luanda: Ler & escrever, 1994.

____. Representações visuais como fontes históricas e etnográficas sobre Angola. **Actas do II Seminário Internacional sobre a História de Angola. Construindo o passado angolano; as fontes e a sua interpretação**. Lisboa: CNCDP, 1997.

HENRIQUES, Isabel de Castro. **Os pilares da diferença. Relações Portugal-África, séculos XV-XIX**. Lisboa, Caleidoscópio Edição e Artes Gráficas, 2004.

HILL, Christopher. Os pobres e o Povo na Inglaterra do século XVII. In: KRANTZ, Frederick (org.). **A Outra História: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX (trad.)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990 [1985].

KLEIN, Herbert. The colored freemen in brazilian slave society. **Journal of Social History**, v. 3, n. 1, p. 3-27, 1969.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África: uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista (1700-1836)**. São Paulo: Hucitec, 2000

MARK, Peter. **“Portuguese” Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia, Sixteenth - Nineteenth Centuries**. Boomington: Indiana U. P, 2003.

MENDES, António de A. "Branços" da Guiné, "contrabandistas" de fronteiras (séculos XVI-XVII). In: GUEDES, Roberto (org). **África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

MILLER, Joseph C. **Way of death. Merchant capitalism and the angolan slave trade, 1730-1830**. Wisconsin, Wisconsin University Press, 1988.

_____. The Slave Trade in Congo and Angola. In Martin Kilson and Robert I. Rotberg (Eds.). **The African Diaspora: Interpretative Essays**. Cambridge, MA, Harvard University Press: 1976.

MOURÃO, Fernando A. Albuquerque. Configurações de Núcleos humanos de Luanda, do século XVI ao XX. **Actas do Seminário Encontro de Povos e Culturas em Angola**. Lisboa: CNCDP, 1995.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. A evolução de Luanda: aspectos sócio-demográficos em relação à Independência do Brasil e ao Fim do Tráfico *In*: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S (Orgs.). **Angola e Brasil ns rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MÚRIAS, Manoel. Nota prévia. *In*: CORRÊA, Elias Alexandre da Silva. **História de Angola**. Lisboa: Editorial Ática, 1937, 2 Vols

OLIVEIRA, Maria Inês C. **O liberto: o seu mundo e os outros, Salvador, 1790-1890**. Salvador: Corrupio, 1979.

PANTOJA, Selma. Laços de afeto e comércio de escravos: Angola século XVIII. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS** (UFU. Impresso), v. I, p. 23-42, 2010.

_____. A dimensão atlântica das quitandeiras. *In*: FURTADO, Júnia Ferreira (org.) **Diálogos Oceânicos. Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do império ultramarino português**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001.

_____. Três leituras e duas cidades: Luanda e Rio de Janeiro no Setecentos *In*: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José Flávio S (Orgs.). **Angola e Brasil ns rotas do Atlântico Sul**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

PEREIRA, Magnus. Rede de mercês e carreira: “o desterro d’Angola de um militar luso-brasileiro (1782-1789). **História. Questões e Debates**, v. 45, p. 97-128, 2007.

RAMOS, Donald. A mulher e a família em Vila Rica do Ouro Preto: 1754-1838. *In*: NADALIN, Sérgio O. *et. all.*(Orgs.) **História e População: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1990.

SANTOS, Catarina M. Les mots e les normes juridiques de l’esclavage dans la colonie portugaise d’Angola aux XVIIe et XVIIIe siècles (les mucanos comme jugmentes de liberte). **Brésil (s) Cahiers du Brésil Contemporain**. Paris: EHESS/CRBC/Maison des Sciences de l’homme, 2012.

SANTOS, Catarina M. **Um governo "polido" para Angola. Reconfigurar dispositivos de domínio. (1750 - c.1800)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Tese de Doutorado, 2005.

TAVARES, Ana Paula; SANTOS, Catarina M. 2002. **Africae Monumenta**. A apropriação da escrita pelos africanos. Lisboa: IICT.

VENÂNCIO, José C. **A economia de Luanda e hinterland no século XVIII. Um estudo de sociologia histórica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.

_____. A problemática cultural dos mestiços em África. A sua comparação com a situação asiática. *In*: GONÇALVES, António Custódio (org.). **O Racismo ontem e hoje. Papers of VII**

Colóquio Internacional "Estados Poderes e Identidades na África Subsariana, 2005, FLIP/Porto.

WAGNER, Ana Paula. Administração portuguesa e grupos sociais da capitania de Moçambique na segunda metade do século XVIII. *In*: GUEDES, Roberto (org). **África: brasileiros e portugueses - séculos XVI-XIX**. Rio de Janeiro, Mauad, 2013.

_____. **População no império português: recenseamentos na África Oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII**. Curitiba: UFPR: Programa de Pós-Graduação em História. Tese de Doutorado, 2009.